



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio				
Título:	Reunião Ordinária N. 58				
Local:	Sala de Reuniões do 2º Andar, nº 250 - Ed. Sede do MAPA - Brasília/DF				
Data da reunião:	28/02/2018	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	13:00

Pauta da Reunião

CÂMARA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO – CTLOG PAUTA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA 28 de fevereiro de 2018

09:00h – Abertura – Palavra do Presidente

09:10h – Avisos da Secretaria

09:15h – Aprovação da Ata da 57ª Reunião Ordinária

09:20h – Apresentação institucional – FIEP, ILG e Governo do Tocantins

09:40h - Lei Kandir – Riscos iminentes

10:10h – Concessões portuárias e Resolução nº 1914 - ANTAQ, de 23/12/2010

- Estufagem de Contêineres – Proposta dos Sindicatos Laborais do Porto de Santos ao Ministério do Trabalho

10:50h - Estudos da Embrapa – Obras prioritárias para o escoamento agrícola do país 11:50h

– Portaria nº 945, de 16/11/2017 - Disciplina procedimentos para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais

12:20h – Relato dos Grupos de Trabalho e Agenda Estratégica da CTLOG

12:40h – Assuntos Gerais

13:00h – Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
2	QUESIA NASCIMENTO	APROSOJA	PR	
3	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
4	REINALDO CARVALHO VERGARA		PR	
5	ALCILEA ALVES DA SILVA	ACST/MAPA	PR	
6	SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI	ABCAO	PR	
7	MÁRCIO RAFAEL MARQUES BARBOSA MACIEL	ABIOVE	PR	
8	ANNA JULIA PORTZ	ABPA	PR	
9	DENISE DECKERS DO AMARAL	ABRAPOS	PR	
10	JOSE DI BELA FILHO	ABTP	PR	
11	PERY PASSOTTI PEDRO	ANEA	PR	
12	SERGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES	ANEC	PR	
13	MARCELLA SOUZA CUNHA	ANTF	PR	
14	JOÃO PAULO DE SOUZA	ANTT	PR	
15	FABÍOLA MANESCHY DE AZEVEDO LEMOS	CDP	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

ACST - Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Memória de reunião

16	EDUARDO HERON SANTOS	CECAFÉ	PR	
17	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
18	JOÃO ARTHUR MOHR	CNI	PR	
19	ELAINE RADEL	CNT	PR	
20	MARCIO AUGUSTO DA SILVA JUNIOR	CONAB	PR	
21	GUSTAVO SPADOTTI AMARAL CASTRO	EMBRAPA	PR	
22	MARCELO CHAVES NERI DOS SANTOS	FENAMAR	PR	
23	FERNANDO JOSE DE PADUA COSTA FONSECA	GM/MAPA	PR	
24	PAULO SALVADOR MARTORELLI	Gov/TO	PR	
25	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR	
26	LUZENILDO ALMEIDA DE SOUSA	MTPAC	PR	
27	PAULO FERNANDO AMORIM DE CAMPOS	OCB	PR	
28	NELSON COSTA	OCEPAR	PR	
29	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	SINDIRAÇÕES	PR	
30	CARLOS ALBERTO SEHN	SINDITABACO	PR	
31	LUÍS FERNANDO RESANO	SYNDARMA	PR	
32	MARCOS MESQUITA MENDES	SEP	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
Desenvolvimento	
<p>1-Abertura: Às nove horas do dia 28 de fevereiro de 2018, na sala de Reuniões da ACST, na Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 2º andar – Sala 250 (Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) – Brasília – DF, foi aberta a 58ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, pelo seu presidente, Sr. Edeon Vaz Ferreira, que deu as boas-vindas a todos, lembrando que a CTLOG é um fórum de assessoramento externo ao Ministro da Agricultura e qualquer tema pode ser discutido na Câmara, mas o seu encaminhamento cabe a decisão do próprio Ministro.</p>	
<p>2- Avisos da Secretaria –Não houve nenhum aviso pela secretaria.</p>	
<p>3- Aprovação da Ata da 57ª Reunião Ordinária: A Ata da 57ª reunião foi encaminhada previamente por meio eletrônico a todos, e submetida ao colegiado, foi aprovada por unanimidade. Continuando os trabalhos, o Presidente, atendendo solicitação do representante da EMBRAPA, promoveu alteração de pauta, para iniciar as apresentações com o projeto daquela instituição.</p>	
<p>4- Estudos da Embrapa – Obras prioritárias para o escoamento agrícola do país: O Senhor Gustavo Spadotti iniciou comentando que o Projeto da Logística Brasileira para o Agronegócio, desenvolvido pela Embrapa decorre de provocação da ex-Ministra Kátia Abreu, para fazer trabalho de logística específico para a área do MATOPIBA, o que deu seguimento a outros trabalhos nesse segmento. Mencionou a importância da logística e a organização de outros setores, à exemplo do mineral, que se estrutura antes de produzir, o que não acontece com o setor agrícola que encontra sérias dificuldades para escoar a produção, que se instala bem antes da infraestrutura logística necessária para a atividade e discorreu sobre os aspectos relacionados ao projeto desenvolvido.</p>	

Aberto os debates, o Sr. Luiz Antônio Fayet, da CNA, cumprimentou a Embrapa pelo trabalho, alertando tratar-se de uma ferramenta de trabalho que teremos que nos preparar para utilizar os dados, indagando o Sr. Gustavo quando o trabalho estará disponibilizado para uso geral. Gustavo informou que o estudo será lançado no dia 07 de março de 2018 pelo MAPA, com todos os dados organizados até a data. O sistema terá quatro grandes caixas. A primeira com a produção agropecuária, a segunda com a exportação, a terceira com os caminhos das safras e a quarta com as bacias logísticas (corredores). Complementou que as informações serão disponibilizadas ao público em geral, em dados abertos.

Denise Deckers da ABRAPÓS, falou que a ferramenta deve representar a consolidação de dados abrigados em variados ambientes. Mencionou que dados relativos a exportações já são largamente divulgados, mas aqueles relacionados ao consumo interno não ficou muito claro e indagou como serão obtidos tais dados.

Gustavo respondeu que os dados da EPL sobre movimentação interna constituem a base da informação. Diante de observações da Denise, que esclareceu que a matriz da EPL abrange apenas na zona de tráfego da mercadoria, não alcançando as diversas áreas de consumo. Gustavo informou das dificuldades para discriminar a micrologística da produção e que até aqui o trabalho está circunscrito aos aspectos macrologísticos.

O Sr. João Arthur, da CNI reiterou a importância da consolidação das informações em um único ambiente, o que é muito bom para o setor. Falou da matriz de transportes do Paraná e da importância do transporte ferroviário. Falou dos novos projetos ferroviários no Paraná e indagou, sobre a questão dos fertilizantes, se deveria ser considerado entre os dez mais importantes produtos nos fluxos de transportes? Completando, convidou o representante da Embrapa para promover a apresentação do Projeto no Paraná, com o concurso da OCEPAR e CNI e outros representantes do agronegócio paranaense.

Gustavo agradeceu e informou que sobre os fertilizantes, os consultores tiveram um problema na base de dados relacionadas a importação, mas já obtiveram as informações e dispõem dos dados relacionados aos entes que misturam os fertilizantes e dentro de trinta dias as estatísticas relacionadas a esse insumo estarão incluídas no trabalho.

O comandante Resano, do SYNDARMA, na qualidade de representante da navegação, informou que o trabalho não separa o transporte hidroviário do marítimo, dois mundos totalmente diferentes. As vias navegáveis incluem a costa brasileira, exemplificando a celulose, que incrementa a navegação entre o Espírito Santo e a Bahia. Lembrou ainda a necessidade do trabalho evidenciar o destino do produto e não o porto de embarque. Falou do minério, que é uma carga única e depende exclusivamente de um tipo de porto e embarcação, enquanto outros produtos, do agronegócio, requererem tipos variados de navios.

Mencionou os problemas de exportação de produtos do agronegócio, motivados pelo domínio dos armadores estrangeiros, dos quais não temos o mínimo controle. Afirmou que seu comentário não pretende remeter a época dos loyds, e nem que as mercadorias devam ser transportadas com exclusividade por navios nacionais, mas deve haver controle mais efetivo da navegação de longo curso, para evitar medidas que impactem nos preços pagos pelos embarcadores.

Encerrando os debates o Secretário Carlos Alberto agradeceu o Sr. Gustavo Spadotti pela brilhante apresentação e passou a palavra aos representantes do Governo do Tocantins, FIEPA e ILB, para as apresentações institucionais registradas no item 1 da pauta.

A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço:

<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

5. Apresentação institucional – FIEP, ILB e Governo do Tocantins

O representante da CNI, iniciou sua apresentação, falando sobre a FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná e o PELT – Plano Estadual de Logística em Transporte, elaborado em conjunto pelas entidades representativas do Paraná, todas ligadas ao setor produtivo, engenharia, academia, etc. O plano versa sobre obras demandadas pelo estado, nos diversos modais de transporte e portos. Discorreu sobre o porto de Paranaguá e suas perspectivas de desenvolvimento, aprofundamento do canal e novas áreas para construção de TUPs. Sobre a ferrovia informou que o porto só recebe 20% das cargas por esse modal e o restante, 80%, pela rodovia. Lembrou que o porto movimentou no último ano 52 milhões de toneladas. O planejamento objetiva ampliar o volume de cargas pelo modal ferroviário, mediante uma ligando Guarapuava ao

porto de Paranaguá, seguindo pela Ferroeste, já existente, até Dourados, no Mato Grosso do Sul. Esse empreendimento, adicionado à capacidade da Rumo, deverá alcançar o volume de 35 milhões de toneladas/ano chegando ao porto por ferrovia. Lembrou que o estado não tem fronteiras para expansão, mas que pode crescer em produtividade, assegurando as cargas para a ferrovia e porto. Mencionou o PER – Programa de Exploração Rodoviária, as 110 principais obras em andamento no Paraná e a possibilidade de acompanhamento no site do PELT.

A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço:

<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

ILB – Instituto Legislativo Brasileiro: O Senhor Antônio Helder Rebouças mencionou o viés é essencialmente legislativo do instituto que é um órgão de desenvolvimento, pesquisa e ensino do Senado Federal, uma escola de governo. Hoje o ILB está centrado em duas atividades, a capacitação do Poder Legislativo como um todo e a atuação por meio do Programa Interlegis junto as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do Brasil inteiro. Falou sobre a vinculação do instituto à Primeira Secretaria e a Secretaria Geral. A partir da gestão do Senador Vicentinho o ILB começou a ser acionado para atividades relacionadas as comissões de agricultura e de infraestrutura do Senado Federal. O ILB foi criado em 1997, pelo Presidente Sarney e agregado ao Programa Interlegis, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e mais recentemente, fundido o ILB com o Interlegis e transformado em um único órgão dentro do Senado Federal. Tem como focos de atuação a educação e o desenvolvimento institucional, que pode ser utilizado por todos nas consultas institucionais dos temas normativos que afetam o agronegócio e o setor de infraestrutura.

Está programado para 11 de abril de 2018 um seminário para discutir as tecnologias de georreferenciamento, big data e outras tecnologias geo de aplicação no ambiente urbano, rural e ambiental, formulando convite aos integrantes da CTLOG, para participação no evento. A participação do ILB na CTLOG decorre da vinda do Ministro Blairo Maggi para o MAPA e o projeto do Secretário Elmar Novak estar em um projeto de consolidação dos normativos relacionados às políticas agrícolas, o que é desenvolvido em parceria com o ILB. Finalizou reiterando a disponibilidade do ILB para os trabalhos institucionais que envolvam discussões legislativas relevantes.

A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço:

<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Governo do Estado do Tocantins: Paulo Salvador Martorelli, da representação do Estado do Tocantins, registrou a ausência do Almirante Ribamar, responsável pela sua integração ao colegiado da CTLOG. Registrou ainda a presença do Assessor Parlamentar do Estado, Dr. Paulo Jacobino. Mencionou que está disponibilizando uma apresentação consistente a todos. O Tocantins é uma região de grande potencial, que busca atrair investidores e agregar valores a cadeia produtiva. Os desafios são proporcionais a potencialidade da unidade da federação. A hinterlândia com vários estados criam grande pressão na infraestrutura e serviços públicos do Tocantins. Falou que o Estado tem uma grande vocação para o agronegócio e mencionou um dos maiores rebanhos bovinos do país, mas não existe a indústria de beneficiamento do couro. Outro exemplo é a fruticultura irrigada cuja produção não é industrializada localmente, saindo como insumos para outras regiões.

Falou da reformulou do conceito de Corredor Centro-Norte, considerando o Tocantins como uma peça estratégica do Arco Norte. Falou da logística favorável e complicada do Estado. A hidrovía Araguaia-Tocantins, que está sendo segmentado e não se consegue construir as eclusas, o que não enseja a navegação em todo o seu curso. Falou da BR-153 e da Ferrovia Norte-Sul, que tornam o TO como um Estado de passagem. Mencionou o aeroporto de Palmas, que pode tornar um hub aeroportuário e das grandes possibilidades de atração de investimentos para o Estado. Finalizou lembrando que o MATOPIBA não é criação do Tocantins percorrendo sobre a complexidade da gestão daquela região.

A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço:

<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

O Presidente Edeon registrou a presença de diversos convidados e solicitou a indicação de outras três instituições para apresentações institucionais na próxima reunião da CTLOG. Foram destacadas: CONAB, FENAMAR e CEAGESP.

Lei Kandir – Riscos iminentes- Sérgio Mendes, da ANEC, falou que a Lei Kandir é um assunto que preocupa, pelo fim de isenções conferidas à exportação brasileira. Mencionou um documento da ANEC, endereçado ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira. Apresentou gráficos evidenciando o crescimento da exportação a partir da edição da Lei Kandir, que funcionou como um grande indutor do desenvolvimento da produção e do agronegócio do país. Falou de estudo realizado pelo Sr. Clóvis Vettorato, do Mato Grosso, acerca da enorme atividade econômica que gravita no entorno da soja. São diversos produtos e atividades puxadas pelo grão, o que representa até seis vezes o valor relacionado a soja. Isso põe fim a discussão sobre eventuais prejuízos dos estados produtores, com a não incidência do ICMS, argumentação que não se sustenta. Quando fazemos comparação com Estados Unidos e Argentina, lembramos a eficiência do produtor brasileiro, mas os custos são maiores, a única vantagem que levamos está na produtividade, considerando a possibilidade de mais de uma safra. A retirada dos benefícios concedidos pela Lei Kandir significa um retrocesso na competitividade do agronegócio brasileiro, seria uma queda da expansão vitoriosa do milho, da soja e outros produtos que integram a cesta de exportação do Brasil. Continuando, Sérgio questionou o representante do governo do Tocantins acerca da cobrança do ICMS sobre o frete naquele estado, pelo que foi informado não existir a cobrança. A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço:

<http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Sobre o mesmo tema, de tributação, O Sr. Luiz Antônio Fayet, da CNA explanou que existem alguns preconceitos com relação a questão de valor agregado da produção e há um certo desconhecimento da base da matriz econômica para saber o que significa o agronegócio e outros segmentos da economia. Basta pegar uma região industrializada, com siderurgia ou indústria automotiva e comparar o nível de distribuição de renda com outras regiões que não tem esses tipos de indústria, como é o caso de SINOP, onde se verifica a importância de um elemento que se chama de valor agregado. Valor agregado não significa moer a soja e transforma-la em dois produtos. Ainda tem o detalhe de complicações no transporte e logística. Entre 70 e 80% da soja brasileira vai para a China e temos ouvido que o país tem que parar de vender produtos primários, passando a enviar produtos com valor agregado. Entendo que o Brasil tem que vender o que o cliente quer. Falou que há 27 anos trabalha no desenvolvimento dos corredores da BR-163 e BR-153/FNS para chegar aos portos de exportação. Registrou que as regiões onde o agronegócio produz tem maior nível de distribuição de renda que outras que com indústrias diversas, à exemplo dos equipamentos eletrônicos e de informática, setor de baixo índice de nacionalização, ao passo que a agricultura chega a 90% de nacionalização. Fayet mencionou estudo da Fenafisco que objetiva acabar com os benefícios da Lei Kandir, o que reduz o grau de capacidade de exportação do país. Hoje, pela ineficiência da infraestrutura viária e portuária, estamos tendo um abortamento da ordem de 5 milhões de toneladas na produção de grãos. Isso é uma avaliação que muitos entendem subestimada. Estamos deixando de gerar renda por ineficiência logística, se somarmos a isso o obstáculo tributário imaginando que o mundo está de joelhos para nossos produtos, aumentamos o problema. Temos que vender nossos produtos nas características que os clientes exigem, o que vem dando certo e não deve ser mudado. Precisamos baixar os custos internos para ampliar a competitividade da nossa exportação e prestar atenção que se o cliente do mundo quer comprar soja em grão, ele tem razão, é no nosso freguês.

O presidente Edeon registrou que muita gente imagina que produzir soja significa sinônimo de riqueza, o que não espelha a realidade, a rentabilidade do setor tem caído ano a ano. Hoje para se estabelecer como produtor de soja o investimento é altíssimo e a rentabilidade reduzida. O valor da soja caiu muito nos últimos anos. Exemplo de ganância em cima do setor ocorre no Estado do Pará, que cobra 17% de Imposto de ICMS sobre o frete do milho e soja que são embarcados nas Estações de Transbordo de Miritituba, destinadas aos portos de Barcarena e Santana, reduzindo a rentabilidade do setor. Exemplificou que a arrecadação do Estado do Pará a partir de 2013 registrou números superiores a R\$ 1 bilhão, cuja origem nem sempre é reconhecida pelos governos.

O Sr. Márcio, da ABIOVE, discorda do posicionamento do Fayet, acerca da agregação de valor aos nossos produtos de exportação. Mencionou a regra da oferta e demanda, havendo uma demanda crescente por produto de maior valor agregado, conseguiremos gerar emprego, impostos e vender melhor para um ou outro cliente e na escassez ou na redução do nosso produto que o grande cliente quer, ele terá que pagar mais, o que gera o aumento de riqueza para todos, seja com o aumento do produto de valor agregado ou com a menor disponibilidade de grão para quem

quer comprar pronto. É uma questão de ganha-ganha. Entende ser um caminho que temos que seguir que vai valorizar dois lados. É uma questão que a ABIOVE traz sempre, mesmo antes da Lei Kandir na pauta de exportação, acabar com a Lei é um absurdo. Informou que, dado a intervenção no Rio de Janeiro, nenhuma PEC pode andar no presente momento, o que nos confere mais um ano de calma no Congresso em relação ao tema, mas temos que ter em foco a agregação de valor, porque representa um aumento de riqueza para o país, mesmo que seja mediante a abertura de novos mercados. Todos ganham com uma política de agregação de valor, desde que não agrida nossos clientes, mas que valorize nossos produtos. Se consegue aumentar do grão, aumentamos a margem de todos do segmento. Não é só o problema de logística que rouba a competitividade, embora seja o principal deles, mas temos ainda os problemas tributários, de competitividade e temos que casar os discursos, para de forma uníssona, gerar uma política de Estado e fazer o Governo ver que estamos gerando riquezas.

Eduardo do CECAFÉ apoiou a manifestação do representante da ABIOVE, falando que o agronegócio produz riquezas anualmente e os governos sabem disso e passa a imagem de ser um setor extremamente rico, o que leva os governos a adotarem medidas populistas que atacam o setor, quando tais medidas deveriam fomentar a atividade. O setor do café cresceu após a Lei Kandir. Falou que o povo brasileiro precisa entender que o produtor vem implementando tecnologias e boas práticas que agregam valor ao café e custam caro. Países que não tem metade da nossa legislação obtém preços melhores pelo produto. Precisamos melhorar a imagem interna e externa para que o esforço do produtor seja reconhecido e valorizado.

Concessões portuárias e Resolução nº 1914 - ANTAQ, de 23/12/2010 – O Sr. Luiz Antônio Fayet iniciou cumprimentando a ANTAQ pela edição da Resolução 18, que trata dos direitos dos usuários da navegação. Em relação a Resolução Nº 1914, de 2010, esclareceu que ela foi editada no momento em que precisávamos viabilizar o TEGRAM – Terminal de Grãos do Maranhão, para isso, visando dar maior atratividade aos empreendedores, a ANTAQ estabeleceu o volume de 2,4 milhões de toneladas/ano como limite de exportação pelo TPM - terminal da Ponta da Madeira, enquanto o TEGRAM não se consolidasse. O TEGRAM descumpriu o cronograma estabelecido para a implantação e tal inadimplemento implica na liberação dos limites impostos ao TPM, engessado pela norma, o que prejudica a exportação e a performance dos corredores que levam ao porto do Itaqui. Nós estamos pleiteando na ANTAQ que se promova a urgente revogação da cláusula que estabeleceu o limite de exportação de soja pelo terminal da Ponta da Madeira. Estamos tendo um provável abortamento da produção pela falta de capacidade de escoar soja e milho. Os beneficiários da Resolução pretendem ampliar a limitação para os produtos milho e farelo, o que evidencia uma distorção do objetivo inicial da ANTAQ, que era a atratividade do empreendimento.

Fayet propôs a imediata nulidade do Resolução, na cláusula que trata da limitação de operação pelo Terminal da Ponta da Madeira, o que tem causado prejuízos ao agronegócio do país, medida aprovada pelo colegiado.

Continuando, Fayet informou que as licitações portuárias estão paralisadas, o que recomenda a mobilização das bases políticas das entidades. A questão tem dois ângulos. Os portos públicos não evoluem, à exemplo do Terminal de Outeiro, do Sistema Belém/Guajará, onde a CTLOG deu um grande apoio e a CNA coordenou os trabalhos junto a CDP, para elaboração de projetos e estudos de demandas. A modelagem foi aprovada junto ao TCU em 2011 e desde esse período, mesmo com todo o projeto pronto, a licitação não foi implementada. Lembrou que em janeiro de 2016 o Ministro Hélder Barbalho tentou licitar, mas estávamos em uma transição política no país e com os modelos velhos de minutas de editais e contratos, totalmente inaceitáveis por quem pretende disputar um certame. Nos dias atuais os documentos encontram-se atualizados, mas o Ministério dos Transportes não repôs a licitação de Outeiro na praça, o que se constitui em prejuízo brutal para o agronegócio.

Estufagem de Contêineres – Proposta dos Sindicatos Laborais do Porto de Santos ao Ministério do Trabalho – Fayet informou que o Sindicato dos Trabalhadores em Movimentação de Mercadorias em Geral e dos Arrumadores – SINTRAMAR do porto de Santos fez uma reivindicação junto ao Ministério do Trabalho para mudar o sistema de estufagem de contêineres. Os equipamentos têm altura útil de 2,30m e é estufado no máximo possível e o Sindicato pretende que os carregamentos sejam limitados a 1,90m dos contêineres, o que reduz em 20% a capacidade útil de cada contêiner, luxo que o país não pode admitir. Já temos contingenciamento na disponibilidade de contêineres e se a isso for adicionada a limitação de estufagem, oneramos ainda

mais os custos da exportação. Recomendou uma mobilização das bases políticas das entidades, para evitar mais esse prejuízo que se pretende impor ao agronegócio do país.

O Presidente Edeon, discorreu sobre a necessidade de se fazer moções ao Ministro da Agricultura, a primeira sobre a Resolução nº 1914, demonstrando a preocupação da reserva de mercado ao TEGRAM, após os prazos concedidos para a consolidação e não cumprido o cronograma de execução. Uma segunda moção, solicitando ao MAPA que manifeste contrariamente a proposta de limitação na estufagem dos contêineres. Uma terceira moção, destina-se a solicitar celeridade na licitação dos terminais de Outeiro e Santarém, medidas que foram aprovadas pelo colegiado.

Encaminhamentos: Moções CTLOG ao MAPA, tratando dos temas abordados: Resolução ANTAQ nº 1914; limitação da estufagem de contêineres e; licitação de terminais portuários em Outeiro e Santarém (PA).

O Sr. Nelson da OCEPAR comunicou que na reunião do Conselho Monetário Nacional, do dia 22 de fevereiro de 2018, foi baixada a resolução nº 4641, reduzindo o limite de recursos de financiamento para a construção de armazém, o PCA, limitação que não existia, agora está fixado em R\$ 25 milhões, por tomador, o que não é suficiente para a construção desse tipo de estrutura. Nesse sentido, Nelson propõe que seja formalizada moção ao Ministro da Agricultura, pedindo intervenção junto aos órgãos competentes, para retirar a limitação. Adicionalmente, solicita que o Plano Agrícola e Pecuário 2018-2019 não traga essa restrição. Moção aprovada pelo plenário.

Encaminhamento: Moção da CTLOG ao Ministro da Agricultura, com pedido de intervenção junto aos órgãos competentes, bem como retirada da limitação no PAP.

O representante do SYNDARMA registrou sua preocupação com a proposta do SINTRAMAR, em relação a redução do limite de estufagem dos contêineres, exemplificando processo de estufagem realizado em Santarém, de grãos agrícolas, em quase 100% de ocupação do equipamento. Com relação a Resolução 18, da ANTAQ, que trata dos Direitos dos Usuários na Navegação, registrou que tem reservas sobre o tema, pois o instrumento está focado no direito dos usuários e deveres dos armadores, mas tem foco principal nos armadores do país, para os quais estão estabelecidas punições mais rigorosas que para os armadores internacionais. Aproveitando, noticiou que precisamos ter uma agência reguladora forte, que não seja questionada na justiça e outros segmentos acerca da gestão e execução de suas atribuições institucionais.

Portaria nº 945, de 16/11/2017 - Disciplina procedimentos para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais - O Presidente Edeon, comentou que a Portaria nº 945 tratava da MP 800 que expirou na última semana.

O Sr, Fayet comentou que a Medida Provisória 800 que estabelecia regras para renegociação dos contratos de concessão rodoviárias. A CNA tinha uma posição contrária, mas o Governo editou a Portaria 945, que estabeleceu metodologia de cálculos para as regras de concessão. Sugeriu em uma próxima reunião a análise das metodologias, que estabelecem condições abusivas que distorcem o objeto da concessão quando o usuário da rodovia pagam antecipadamente os custos dos investimentos que poderão ou não, ser realizados no futuro. Pediu atenção das entidades da CTLOG, pelos custos envolvidos.

O Presidente Edeon esclareceu que na MP 800 as entidades não priorizaram o assunto, o que divide opiniões em relação a sua importância. Para os Estados que não têm problemas com obras paralisadas porque as empresas não conseguiram fazer, não estão preocupados, mas para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estão preocupados. Paga-se pedágio nas rodovias que foram concessionadas, sabendo que não há probabilidade de realização das obras, porque a empresa não tem acesso a investimentos por estarem envolvidas na operação Lava Jato. A única possibilidade seria a negociação com investidores trocando o comando dessas concessões, ou a edição de Projeto de Lei ou, ainda, uma nova Medida Provisória tratando do tema.

Relato dos Grupos de Trabalho e Agenda Estratégica da CTLOG – O presidente Edeon descreveu os Grupos de Trabalho criados no âmbito da CTLOG: Gestão das Águas (coordenador: Edeon Vaz); Concessões Ferroviária (coordenador: Baldez); Armazenagem (coordenadora: Denise Deckers); Escoamento do Algodão (Coordenador: Sérgio Mendes); Cabotagem (Coordenador: Fayet) e; Custos Portuários (Marcos Antônio). É de conhecimento de todos as dificuldades para reunir os integrantes dos grupos, mas o presidente sugeriu o uso das tecnologias de comunicação disponíveis, o que pode ajudar o andamento dos trabalhos, também recomendou o envolvimento de todos que compõem os grupos de trabalho na forma do compromisso assumido quando das indicações. Comentou que o GT já teve reunião este ano e tem outra prevista para o

mês de março. As atividades estão sendo divididas por experiência na gestão, por bacias, onde são convidados especialistas em cada um desses segmentos. Os trabalhos estão bem adiantados e o relatório final deverá estar concluído no próximo mês de julho.

A Sra. Denise Deckers, da ABRAPÓS falou que o GT de armazenagem é composto por nove integrantes e coube ao grupo apresentar uma proposta de uma política nacional de armazenagem, contudo, durante a reunião, verificou-se que seria mais adequado propor a CTLOG e ao Ministro da Agricultura um trabalho que mostrasse as medidas que estão previstas na Lei de Armazenagem e que ainda não foram cumpridas. A Lei 9.973, de 2000 foi regulamentada pelo Decreto 3.855, de 2001 e em que pese o prazo decorrido várias das medidas previstas ainda não foram implementadas pelo MAPA. Tais medidas visam sobretudo modernizar o setor armazenador, trazendo maior credibilidade para a atividade no país. O Trabalho elaborado foi disponibilizado a todos os membros do GT e a expectativa é que na próxima reunião da CTLOG já tenhamos a manifestação formal de todos os membros e os resultados do trabalho possam ser apresentados. Ao invés da política de armazenagem, entendemos mais oportuno, nesse primeiro momento, apresentar quais são as medidas, sobretudo aquelas que tem maior impacto para o setor produtivo, que por se tratar de uma lei, já deveriam ter sido implementadas a dezoito anos, mas que por algum motivo isso não aconteceu e pretendemos nesse trabalho mostrar os benefícios advindos dessa implementação.

Fayet comentou que já iniciou conversas com o Syndarma, mas os trabalhos do GT da Cabotagem ainda não avançaram.

Sérgio Mendes falou que o GT de Escoamento do Algodão tem combinado, em contato com o setor, que haja uma reunião na ANEA, com um representante dos armadores, para que seja discutida a falta de contêineres para acondicionamento do algodão destinado à exportação.

O Secretário Carlos Alberto informou que havendo dificuldades de comunicação entre os membros dos grupos, a interlocução pode ser confiada a ele que fará o elo de ligação com os interessados.

Assuntos Gerais:

BR-163 – Edeon esclareceu que o DNIT emite dois boletins diários informando as condições de tráfego da BR-163 e, juntamente com o Exército e Polícia Rodoviária Federal, mantém trabalho ininterrupto de gestão da rodovia, com pare e siga e outras interrupções para as intervenções requeridas pelo excesso de chuvas que leva o pavimento da rodovia ao estresse máximo. Falou dos contratos de manutenção e de obras, que se desenvolvem com maior ênfase em períodos de seca. Explanou sobre a Sala de Situação criada pelo DNIT, onde atuam o Diretor de Infraestrutura Rodoviária, Coordenadores da área técnica e técnicos das Estaduais do Mato Grosso e do Pará, o que permite maior transparência e acompanhamento da obra.

Em relação a concessão, informou que os estudos indicam uma concessão de manutenção, onde o governo entrega todo o trecho pronto e operacional e licita a manutenção, o que deve resultar em tarifas mais econômicas.

Nelson da OCEPAR questionou sobre a concessão da BR-153, da Galvão Engenharia, no que foi informado a retomada da via e um novo processo de licitação em breve tempo.

Sérgio Mendes indagou se existe algum estudo que indique as perdas do setor agropecuário com os atrasos na BR-163. Edeon informou que a média de 2017 do frete foi de R\$ 185,00 com picos de alta em momentos críticos, quando a tarifa deveria estar circunscrita a R\$ 135,00. Sérgio entende que as perdas chegam a R\$ 70,00 por tonelada. Sendo a capacidade instalada em Miritituba de 16,5 milhões de toneladas, Sérgio afirmou que as perdas do agronegócio são superiores a R\$ 1 Bilhão, o que é um forte argumento para pressionar as autoridades.

O presidente Edeon comentou que as contratações do DNIT estão vinculadas a Lei das licitações e nem sempre as empresas vencedoras de alguns lotes correspondem as expectativas, por não conseguirem adimplir o contrato na forma do edital e das especificações das obras, exemplificando alguns casos.

Comentou as limitações das equipes do Exército e o cronograma estabelecido para as obras de pavimentação, que vai até fevereiro de 2020, mencionando diversos problemas com empresas que resultaram em contratos não cumpridos, o que culminou com o convênio firmado com o Exército, que no seu plano de trabalho deverá licitar parte do trecho que lhe foi destinado.

Fayet mencionou a Portaria Interministerial nº 231/2013, que trata do acompanhamento do escoamento da safra, informando que o relatório de contingências, a situação de cada corredor e

as providências a serem adotadas estão mapeadas, como medida de planejamento para a safra 2017/18.

No que se refere a gestão das águas, fez uma observação. O Ministério dos Transportes editou a Portaria 608, de 2016, que trata de hidrovias e criou um Comitê Nacional de Gestão Hidroviária e também os comitês regionais, para o qual os usuários, mais uma vez não foram incluídos. A CNA participava do CONAPORTOS, como convidada e não tem recebido convites para as reuniões do órgão. Na CNT está sendo desenvolvido um trabalho muito consistente sobre hidrovias, dado isso, Fayet reivindica que os usuários tenham assento no Comitê criado pela Portaria 608, pelo Ministério dos Transportes.

Adicionalmente, falou sobre postulações apresentadas ao Ministro da Agricultura sobre as Instruções Normativas, do MAPA, nº 29/2013 e 32/2015, acerca das quais não recebeu informações concretas e nem conseguiu audiência com a área técnica. Mencionou divulgação de caso envolvendo solução relacionada a IN 32, cujos procedimentos também não são divulgados. Entende que as omissões criam um constrangimento pela falta de retorno do MAPA sobre as demandas apresentadas.

Carlos Sehn, do Sinditabaco, comentou que o DSV que está tratando do assunto, concluiu o trabalho de revisão da IN e o submeteu a Consultoria Jurídica do MAPA, que solicitou algumas adaptações, o que demanda algum tempo. Também comentou sobre a IN 39, que vigora a partir de março e trata do gerenciamento de risco e facilitação de trânsito e deve simplificar a certificação de cargas de exportação e a certificação na origem, o que otimiza processos e utilização de pessoal especializado.

Fayet fez mais uma informação sobre o grupo de trabalho formado na CTNAVE com a CNT, onde são tratados assuntos relacionados a roubo de cargas nas hidrovias do Norte do País, o que é dramático, pela iniciativa do tráfico de armas, drogas, etc. Na parte terrestre as ocorrências são muito divulgadas pela imprensa, e nesse sentido, havendo vários projetos de lei com agravamento de penas para o roubo de cargas e crimes correlatos, gostaria que essa questão fosse tratada com a relevância requerida pelas entidades que integram a CTLOG e que integre a pauta do recém-criado Ministério da Segurança Pública. Nesse sentido, solicita a CNT que estruture um documento em regime de urgência, para ser levado ao Ministro da Agricultura, que o repassará ao Ministério da Segurança, com as contribuições da CTLOG, contra a insegurança no transporte, particularmente nas hidrovias da Amazônia, onde a situação é crítica.

Elaine Radel informou que a CNT desenvolveu um programa denominado “PROTEGER”, relacionado à segurança nos diferentes modais, preocupada com a questão do roubo de cargas e segurança em geral. Se dispôs a intermediar uma apresentação do sistema em uma próxima oportunidade.

O Sr. Helder Rebouças, do ILB, sugeriu que o tema seja levado à Presidência onde a segurança é parte importante da pauta política daquela casa legislativa.

Carlos Alberto Albuquerque, do Sindirações registrou a dupla contratação de seguridade no transporte de carga, fazendo referência ao PLS 766/2015, de autoria de Paulo Bayer de Santa Catarina. Mencionou que buscou o auxílio da área de seguro da SPA para embasar proposta de aperfeiçoamento do instrumento legislativo, mas obteve resposta que a atuação do DEGER se dá exclusivamente na área agrícola, e o transporte não é abrangido na atuação daquele Departamento, o que leva sua postulação a estaca zero. Nesse sentido, Carlos busca o apoio do MAPA, de vez que ração animal é um produto derivado do setor agrícola.

O Presidente Edeon sugeriu o concurso da ABGR – Associação Brasileira de Gerenciamento de Risco, que conta com especialistas em várias áreas, inclusive no agrícola, onde verificaria a possibilidade de uma ação junto à SUSEP, montando argumentação para definir a responsabilidade de cada ente e configurar a dupla cobrança de seguro. Adiantou que vai consultar o Dr. Vitor Ozaki do MAPA para reforçar os argumentos de uma ação propositiva para solução do tema.

O assunto será compartilhado pelo representante do Sindirações com o Secretário Carlos Alberto e o Presidente da CTLOG, Edeon Vaz, para acompanhamento do deslinde da questão.

O Secretário Carlos Alberto Nunes informou que problemas técnicos ocorridos no SGCAN, sistema de comunicação da Assessoria de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas foram solucionados pela área de TI do MAPA e eventuais inconsistências devem ser noticiadas para regularização.

Encerramento: Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos e lavrada a presente ata, pela relatora Alciléa Alves da Silva e revisada pelo Secretário Carlos Alberto Nunes Batista.

Encaminhamentos:

1. Moção ao MAPA, recomendando encaminhar ao Ministério dos Transportes, pedido de revogação da Resolução ANTAQ nº 1914, que limita a operação do Terminal da Ponta da Madeira;
2. Moção ao MAPA recomendando encaminhar ao Ministério do Trabalho, manifestação contrária a redução do nível de carregamento de contêineres nos portos do país;
3. Moção ao MAPA recomendando manifestar ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil o apoio a imediata instauração de processo de concessão dos terminais portuários de Outeiro e Santarém, no Estado do Pará;
4. Moção ao MAPA recomendando gestão junto ao Ministério da Fazendas e CMN, para retirada do limite nos financiamentos para construção de armazéns, no PCA.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	
--------	--

Data da reunião:		Hora de início:	
------------------	--	-----------------	--

Pauta da Reunião

--

Anexos

Arquivo	Descrição
---------	-----------